

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A 11 de Março, na Assembleia da Republica, José Sócrates declarava solenemente: “A execução orçamental está a correr bem, para não dizer muito bem”.

Nesse mesmo dia ultimava o chamado PEC IV, que apresentou a Bruxelas em absoluta negação com tudo o que dizia em público.

As anteriores medidas de austeridade que eram as necessárias e suficientes já não chegavam de novo.

O mundo mudou, já não em 15 dias, mas em 24 horas.

Até 23 de Março, Sócrates assegurava a pés juntos que era o garante para evitar a vinda do Fundo Monetário Internacional.

Como o dique que salvava Portugal do dilúvio.

Agora já não é Sócrates ou o FMI. É Sócrates e o FMI.

Agora já não é Sócrates ou o dilúvio. É Sócrates e o dilúvio.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Desde Outubro que Portugal se financia com juros acima dos 7%, a fatídica fasquia que o Ministro das Finanças havia dito que obrigaria a um pedido de resgate.

Este mesmo Ministro das Finanças que agora diz que: “Portugal tem vivido acima das suas possibilidades” e “não é possível que o País sistematicamente gaste 8 ou 9% mais do que aquilo que produz”.

O problema já, pois, é antigo.

Neste últimos 6 anos estivemos sempre acima dos limites do défice e sempre acima dos limites do endividamento.

Neste últimos 6 anos duplicámos a dívida pública e quase duplicamos a taxa de desemprego.

Nestes últimos 6 anos as empresas públicas foram sendo sucessivamente descapitalizadas ao ponto de quase não terem dinheiro para pagar salários.

Neste período assistimos a erros de previsão macroeconómica dignos do Guinness.

O défice para 2009 começou com previsões de 1,5% e terminou com 10%.

O défice para 2010, depois de vários PECs e compromissos internacionais reforçados, passou repentinamente de 7,3 para 8,6, apesar da assumpção de activos extraordinários e mesmo sem a contabilização de gastos com parcerias público-privadas, como denunciou já o FMI.

Ainda antes do resgate, o FMI já estimava que o défice para 2011 poderia chegar a 5,6%, um ponto acima do que nos foi anunciado e assumido perante Bruxelas.

Este mesmo FMI já fala agora em “estratagemas de contabilidade” em relação às contas portuguesas.

Que credibilidade tem pois este Governo?

Como se pode perceber, o problema de Portugal não são as medidas ou os sucessivos PECs, mas sim a falta de credibilidade dos nossos governantes.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

O Governo vendeu a ilusão do controlo do défice para morrer politicamente pelo descontrolo das contas públicas.

A arte da ilusão que José Sócrates transformou na medida da sua acção governativa foi fatal para Portugal.

O Governo escondeu o que devia revelar, adiou quando se exigiam soluções, impôs pesados sacrifícios aos portugueses sem idêntico esforço na despesa do Estado.

José Sócrates obriga todo um partido político a vergar-se à sua vontade de permanência cega no poder e quer fazer o mesmo a todo um País.

Quer apresentar-se como a solução para os problemas que o próprio criou.

Não teve a sensatez para fazer o que o, ainda, Presidente do Governo de Espanha fez quando, confrontado com o desgaste político sofrido perante a crise financeira, económica e social por que passa o seu País, anunciou que dava o seu lugar de líder do partido a outros, para, assim, não prejudicar ainda mais o seu PSOE.

Sócrates, principal factor de desunião, em estado de negação quase patológico, nunca poderá unir aquilo que andou, durante seis anos, a dividir.

Incrivelmente não se dá conta que não tem já nenhuma credibilidade, dentro e fora de portas, para poder continuar a reger os destinos do País.

É triste e doloroso ver-se um partido da envergadura do Partido Socialista, vergar-se, quase em absoluto, perante a teimosia de José Sócrates.

Como foi triste o espectáculo que foi oferecido aos portugueses pelas televisões, no passado fim-de-semana.

Ver um PS entronizar como líder um governante que levou Portugal ao descrédito, até ao ponto de terem que vir os credores internacionais ditar as suas ordens ao País, para que não caia na banca rota.

Dum total de 170 mil milhões de euros, os Governos de Sócrates endividaram o País, durante estes últimos seis anos, em 88 mil milhões.

Portugal será o único Estado-membro da zona euro em recessão em 2012. E o desemprego atingirá os 12,4%. Tudo previsões do Fundo Monetário Internacional, ainda antes de Portugal recorrer ao pedido de ajuda da Comissão Europeia e do FMI.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

José Sócrates leva **4520 dias** no governo de Portugal: 742 dias como Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-ministro, 669 dias como Ministro-Adjunto do Primeiro-ministro, 892 dias como Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e **2.217** dias como Primeiro-ministro.

Como é possível que tenha a desfaçatez de culpabilizar outros pela sua pesada herança?

Temos o FMI por culpa de quem nos governou.

Mas quem, em 2009, vendeu ilusões tenta agora vender temores.

E aqueles que sempre estiveram ao lado de José Sócrates, aqueles que com ele se orgulham da sua

governação não deixarão amanhã de ser os primeiros a negar o seu legado.

Aliás, já hoje jogam em dois tabuleiros: enquanto juram amor eterno ao líder, já vão manobrando para assegurar discurso político no dia seguinte.

Aqui nos Açores já começa a vislumbrar-se a guerrilha e a desculpabilização.

Os socialistas dos Açores já querem atirar as culpas a Pedro Passos Coelho, que ainda é somente um candidato a Primeiro-Ministro.

O PS/Açores já procura encontrar bodes expiatórios para os seus insucessos.

A responsabilidade dos fracassos do Governo Regional socialista vai ser atribuída a um futuro Governo da República do PSD.

Até as culpas das omissões de Sócrates em relação aos Açores também irão recair em cima de um homem que ainda nem é Primeiro-Ministro de Portugal.

A defesa da autonomia não pode depender das circunstâncias políticas.

A defesa da Autonomia não se faz com desculpas, nem lançando culpas para cima dos adversários políticos.

Não deixaremos, por isso, de denunciar os que agora calam e escondem para gritar depois.

A defesa da Autonomia é uma luta permanente e que está acima de quaisquer conjunturas partidárias.

Acima dos partidos e dos governos estão os Açores.

Por nós, defenderemos sempre os interesses dos Açores.

Aqui nos Açores devemos ser solidários com a situação do País, mas dentro das nossas possibilidades e com o sentido das nossas responsabilidades.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Com as eleições à vista, o mais importante será restabelecer a credibilidade externa e reconstruir o pacto social e político entre os eleitores e os eleitos.

O próximo Governo terá de actuar de forma célere e eficaz sobre as contas do Estado, mas terá também de pôr em marcha um programa de emergência para protecção dos mais frágeis e daqueles que serão os mais prejudicados pelo desastre a que nos conduziu José Sócrates.

Simultaneamente, terá de empreender importantes reformas e relançar a economia nacional.

Não podemos colocar a austeridade toda do lado das pessoas e nenhuma do lado do Estado.

Teremos de criar um quadro suficientemente encorajador para o crescimento da economia e do emprego.

O próximo Governo terá de credibilizar o País perante o exterior.

Terá de recuperar a confiança dos Portugueses.

Terá de criar condições de tranquilidade no clima político e social.

Terá de evitar a crispação e o autoritarismo.

Mas, especialmente, o próximo Governo terá de recuperar a esperança dos portugueses.

Recuperar a esperança que Sócrates nos roubou.

Platão, discípulo directo e dilecto de Sócrates da Ágora, dizia: Acima de Sócrates está a verdade.

Aos discípulos de Sócrates de agora é preciso lembrar-lhes também que, de facto, acima de Sócrates tem de estar sempre a verdade.

Disse.